

Governo chega ao fim de 2025 com colchão de R\$ 24 bi para segurar despesas

Institutos de previdência de estados e municípios têm R\$ 1,8 bi em títulos do Master sem garantias

Página 3

Leilões de imóveis entram em clima de Black Friday com mais de 1.500 ofertas

Página 3

InvestSP amplia cooperação econômica entre SP e Coreia do Sul

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, assinou na terça-feira (17) o Memorando de Entendimento (MOU) com a Korea International Trade Association (KITA), entidade que reúne mais de 70 mil empresas e é reconhecida como uma das principais organizações empresariais da Ásia.

O acordo formaliza a ampliação da cooperação econômica, comercial e tecnológica entre São Paulo e Coreia do Sul, fortalecendo o intercâmbio de delegações, a troca de informações estratégicas e a realização de iniciativas conjuntas para atração de investimentos e integração de cadeias produtivas.

Para o presidente da InvestSP, Rui Gomes, o acordo marca um novo estágio da relação entre as partes. “A Coreia é um parceiro estratégico para São Paulo e já demonstra isso com investimentos expressivos em setores de alta tecnologia e grande geração de empregos. Este memorando fortalece um caminho que já está em curso e abre novas oportunidades para que mais empresas coreanas encontrem no estado o ambiente ideal para inovar, crescer e competir globalmente.”

Ao longo de sua atuação, a InvestSP já apoiou 12 projetos de oito empresas coreanas, resultando em investimentos e geração de empregos para o Estado de São Paulo.

A assinatura ocorre em um momento de ampliação da presença da Coreia do Sul em São Paulo. Atualmente, mais de 100 empresas sul-coreanas operam no estado. Em 2024, Brasil e Coreia do Sul comemoraram 65 anos de relações diplomáticas.

No comércio exterior, a Coreia segue como um parceiro prioritário do Brasil e, especialmente, de São Paulo, com destaque para as trocas nos setores de semicondutores, automotivo, óleo e gás, eletroeletrônicos, mineração e produtos agrícolas. Além disso, cerca de 90% da comunidade coreana no Brasil, estimada em 50 mil pessoas, vive em São Paulo, contribuindo diretamente para o dinamismo econômico, social e cultural da região. (Governo de SP)

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,34
Venda: 5,34
Turismo
Compra: 5,35
Venda: 5,53
EURO
Compra: 6,16
Venda: 6,16

Feriado de Consciência Negra deve movimentar R\$ 3,5 bi no estado de São Paulo



Foto/Divulgação/Governo de SP

Página 2

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega ao fim deste ano com uma espécie de colchão de R\$ 24 bilhões para segurar despesas e permitir o cumprimento da meta fiscal de 2025, por meio de uma trava que impede ministérios de carimbar novos gastos.

O mecanismo funciona como uma “poupança” feita durante o ano, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Chamado de “faseamento”, ele restringe a autorização de gastos dos ministérios ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação das receitas.

“É um colchão. Apesar de não ter um nome de contingenciamento e nem de bloqueio, o cara lá no sistema dele [ministérios e órgãos] não consegue gastar”, diz Guimarães.

O faseamento restringe a fase de empenho dos gastos, ou seja, o momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro, após a entrega do produto ou serviço. É o primeiro nível de execução do gasto público.

Uma corrida dos ministérios para empenhar os gastos ao longo do ano acabaria dificultando posteriormente uma ação do governo para conter despesas, em caso de necessidade para evitar o estouro da meta de déficit zero em 2025. Página 3

OMS: 840 milhões de mulheres no mundo foram alvo de violência

Página 6

1ª fase da Fuvest acontece no domingo (23), com 111 mil inscritos e mudanças na prova

Página 2

Zerar déficit de 202 mil vagas em presídios custaria R\$ 14 bilhões

Página 6

Esporte

Rubens Barrichello e Scuderia Bandeiras juntos na Stock Car a partir de 2026

A temporada 2026 da Stock Car já nasce histórica para a Scuderia Bandeiras. Em um movimento que promete redefinir o cenário do automobilismo nacional, Rubens Barrichello — um dos maiores nomes da história do esporte — passa a integrar a estrutura mais nova, moderna e ousada da categoria.

Com 322 GPs na Fórmula 1, 11 vitórias, 68 pódios e os vice-campeonatos de 2002 e 2004, além dos títulos da Stock Car em 2014 e 2022, Barrichello se junta ao chefe de equipe Christian Fittipaldi, com quem dividiu pistas na F1, e a Átila Abreu, CEO da Scuderia Bandeiras e um dos

maiores talentos da categoria.

“A chegada do Rubens é gigante. É a prova viva do nosso compromisso de ser a maior estrutura do automobilismo brasileiro. Sua experiência, sua capacidade de desenvolvimento e sua mentalidade vencedora combinam perfeitamente com o projeto de longo prazo que estamos construindo”, destaca Átila Abreu.

“Ter o Rubens conosco é mais um passo para elevar o nível da Stock Car. Ele sempre foi referência dentro e fora das pistas, e agora chega para fortalecer uma estrutura moderna, profissional e preparada para entregar excelência a pilotos, patrocinadores e



Foto/Duda Baitras

Rubens Barrichello

Super Final do MOTO1000GP evidencia o papel da Motul na formação de pilotos



Foto/MOTO1000GP

GP Motul fecha a temporada e reforça a parceria da Motul com o MOTO1000GP

Pelo segundo ano consecutivo, o GP Motul fecha a temporada do MOTO1000GP. Parceira do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade desde 2023 e lubrificante oficial da competição, a Motul mantém seu compromisso com o desen-

volvimento do motociclismo nacional e reforça sua presença no esporte a motor brasileiro. A Super Final será nos dias 29 e 30 de novembro, no Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel (PR).

Além de dar nome à etapa fi-

nal, a Motul também subsidia a Motul 300V Cup, categoria de formação do MOTO1000GP, que chega ao segundo ano consolidada como um dos destaques da temporada. As corridas tiveram disputas intensas e chegadas definidas por milésimos de segundo, com destaque para a vitória conjunta de pai e filho: Vladimir Correa na 300 Master e Victor Hugo, seu filho, na categoria principal.

“Encerrar a temporada no GP Motul é motivo de satisfação. A Motul é uma parceira estratégica para o MOTO1000GP e tem papel importante no desenvolvimento do motociclismo nacional. Contamos com uma marca presente nos principais campeonatos do mundo, como MotoGP, Mundial de Superbike e, em breve, Fórmula 1, o que reforça a credibilidade técnica da nossa competição. A

Motul 300V Cup mostra isso na prática, com motos equalizadas, suporte técnico e um lubrificante testado em condições reais de corrida. Agradecemos pela parceria e pela confiança ao longo desses anos, que contribuem diretamente para o avanço do MOTO1000GP no cenário do esporte a motor brasileiro”, destaca Gilson Scudeler, CEO do MOTO1000GP.

Com motos equalizadas e acompanhamento técnico da equipe Motul, que realiza as trocas de óleo programadas, a Motul 300V Cup também funciona como campo de testes no Brasil para o lubrificante Motul 300V. A iniciativa reflete o conceito Racing Lab da marca, que utiliza as pistas como seu maior laboratório para aprimorar a performance dos produtos e desenvolver no-

vas soluções em tecnologia.

“A parceria entre a Motul e o MOTO1000GP é um verdadeiro caso de sucesso. Ano após ano, conseguimos explorar novas oportunidades e fortalecer ainda mais essa relação. O campeonato é parte essencial da nossa estratégia nacional e está alinhado à estratégia global da Motul, que traz o motorsport em seu DNA. Mais do que expor a marca no evento, nosso objetivo é ter os produtos sendo testados ao limite, comprovando sua performance. O GP Motul é a coroação dessa parceria. Dar nome a uma etapa demonstra nosso comprometimento com os pilotos, os convidados e com a excelência do evento”, observa Luan Maria, gerente de Comunicação e Marketing da Motul Brasil.

SP deposita R\$ 514 milhões em ICMS para os municípios paulistas

Feriado de Consciência Negra deve movimentar R\$ 3,5 bilhões no estado

O último superferiado de 2025 antes dos festejos de fim de ano, o Dia da Consciência Negra, comemorado nesta quinta-feira (20), deve gerar cerca de R\$ 3,5 bilhões em movimentação financeira para o estado de São Paulo. Os cálculos são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP).

A estimativa considera aproximadamente 2,1 milhões de pessoas em circulação pelo estado entre os dias 20 e 23 de novembro. Ainda segundo o CIET, a taxa de ocupação hoteleira no esta-

do deve ultrapassar 71%, com destaque para os destinos de sol e praia. Sondagens realizadas junto a hotéis das Macrorregiões Turísticas (MRTs) pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo (ABIH-SP) indicam expectativa de ocupação superior a 95% no Litoral Norte.

O calendário de 2025 reservou feriados prolongados no primeiro semestre que, somados, movimentaram financeiramente mais de R\$ 18 bilhões, com cerca de 9 milhões de turistas circulando durante o Carnaval, Páscoa, Dia do Trabalho e Corpus Christi. (Governo de SP)

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou na terça-feira (18), o segundo de quatro repasses de ICMS previstos para novembro aos 645 municípios paulistas. Nesta primeira transferência, as prefeituras receberam R\$ 514,60 milhões, referentes aos valores arrecadados de 10 a 14/11, já com desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os municípios já haviam recebido R\$ 1,06 bilhão no primeiro repasse deste mês, realizado no último dia 11, relativo às arrecadações do período de 3 a 7/11.

Com os depósitos efetuados hoje, o valor acumulado enviado aos municípios paulistas em novembro sobe para R\$ 1,58 bilhão.

Em dez meses de 2025, as transferências de recursos do ICMS para as prefeituras de todo o Estado já somam R\$ 38,73 bilhões.

Repasses de ICMS

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990.

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de

pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participa-

ção dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

1ª fase da Fuvest acontece no domingo (23), com 111 mil inscritos e mudanças na prova

A prova da primeira fase da Fuvest 2026, vestibular para ingresso nos cursos de graduação da USP, acontece no domingo (23). O número de inscritos é de 98.520 candidatos e 12.960 treineiros, estudantes que ainda não concluíram o ensino médio, totalizando 111.480 pessoas.

Para ter uma ideia do desempenho na prova, é possível acompanhar a correção feita pelos professores do curso pré-vestibular MedEnsina, mantido por alunos da Faculdade de Medicina da USP. A previsão é que a transmissão comece às 20 horas, mas o horário pode variar conforme a liberação do gabarito pela Fuvest. Pela Rádio USP, basta acessar a transmissão ao vivo pela internet clicando aqui ou sintonizar em São Paulo a frequência 93,7 FM, e em Ribeirão Preto 107,9 FM. Para conferir a correção pelo YouTube, é possível se inscrever no Canal USP neste link, ativar o ícone do sininho ou o lembrete abaixo do vídeo da live para ser avisado assim que tiver início.

O diretor-executivo da Fuvest, Gustavo Monaco, destaca que os vestibulandos devem ter atenção às mudanças implementadas no vestibular deste ano: as provas compostas de questões que conectam conhecimentos de diferentes áreas; a lista de leituras obrigatórias formada somente por mulheres autoras de língua portuguesa; e a possibilidade de o candidato escolher uma entre duas propostas de redação: a primeira, sempre de natureza dissertativo-argumentativa e a segunda, de natureza narrativa.

Para dar uma ideia de como será a prova, a Fuvest realizou em outubro um simulado presen-



Foto: Cecília Bastos USP/Imagens

Para a realização da prova, é obrigatória a apresentação de documento de identidade original com foto e a utilização de caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul.

cial, reunindo 7.926 candidatos. Assim como no vestibular oficial, os participantes responderam a 90 questões inéditas de múltipla escolha, estruturadas para refletir as mudanças recentes no Programa do Vestibular, agora mais interdisciplinar, com perguntas que articulam diferentes áreas do conhecimento e reforçam a cobrança direta de filosofia, sociologia, artes e educação física. Os simulados e gabaritos estão disponíveis para consulta on-line nestes links: Simulado – Prova S1, Simulado – Prova S2, Simulado – Prova S3, Simulado – Prova S4 e Simulado – Gabarito.

O que levar na prova

Para a realização da prova, é obrigatória a apresentação de documento de identidade original com foto e a utilização de caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. Itens como lápis, lapiseira, borracha, apontador e régua transparente. Garrafa de água e alimentos leves também são permitidos.

Os candidatos estão proibi-

dos de utilizar ou manipular, em qualquer área do prédio, aparelhos celulares ou qualquer outro tipo de equipamento. Os relógios não poderão ser usados em hipótese nenhuma. A Fuvest informará aos candidatos o tempo restante para o final do exame.

A prova terá 90 questões de múltipla escolha distribuídas entre as disciplinas de Arte, Educação Física, Inglês, Português, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Filosofia e Sociologia (algumas interdisciplinares).

A Fuvest recomenda alguns cuidados para se preparar para a prova, já que o período costuma trazer ansiedade, expectativas e muita coisa acontecendo ao mesmo tempo.

Cuidar do sono: a recomendação é diminuir estímulos antes de dormir, com menos telas, ambiente mais escuro e sons suaves. Práticas de respiração e meditação podem ajudar a acalmar a mente.

Evitar mudanças bruscas na rotina: evitar atividades que sejam fora do habitual ou fazer al-

Governo investe R\$ 253 milhões em desassoreamento de rios em 160 cidades para melhorar resiliência hídrica no estado

O Governo de São Paulo investiu R\$ 253 milhões em desassoreamento de rios em 160 cidades de todas as regiões do estado, fortalecendo a resiliência hídrica na região com a retirada de 3,969 milhões de m³ de sedimentos.

As melhorias foram realizadas através do programa Rios Vivos, da SP Águas, agência de águas de São Paulo, ligada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo. O programa opera em conjunto com as prefeituras, que aderem à iniciativa e ficam responsáveis pelo licenciamento ambiental, destino dos resíduos e manutenção das áreas recuperadas.

“O Programa Rios Vivos reforça o compromisso do Estado com a gestão responsável dos nossos recursos naturais”, disse a diretora-presidente da SP Águas, Camila Viana. “O desassoreamento é uma etapa funda-

mental para ampliar a capacidade de vazão dos rios, reduzir riscos de enchentes e garantir maior segurança hídrica para a população. Cada trecho recuperado fortalece a resiliência dos nossos sistemas hídricos e prepara o Estado para enfrentar períodos de estiagem e eventos climáticos extremos.”

O desassoreamento é uma das principais medidas de enfrentamento à escassez hídrica. Nos rios, ele aumenta a capacidade de escoamento da água, favorecendo o recebimento das contribuições dos mananciais. Nos reservatórios de abastecimento público, amplia o volume útil de armazenamento, garantindo mais água disponível para os períodos de estiagem.

Assim, o desassoreamento reforça a disponibilidade hídrica e a segurança do abastecimento da população, sendo um eixo central das ações do Governo do



Foto: Divulgação

O desassoreamento é uma das principais medidas de enfrentamento à escassez hídrica

Estado e da SP Águas no combate à crise hídrica.

O programa Rios Vivos atua em diversas regiões do Estado, promovendo ações de desassoreamento, limpeza e recuperação dos cursos d’água. Além disso, o programa melhora a fluidez e o

escoamento superficial das águas, restaura as condições naturais da biodiversidade aquática, recupera o curso normal dos rios e aumenta a disponibilidade de água para irrigação em áreas agrícolas impactadas pelo assoreamento. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias de consciências pretas e pardas : o cantor e vereador Agnaldo Timóteo não argumentava sobre pretos(as) e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Como cristão, testemunhava que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias de consciências pretas e pardas : o prefeito Celso Pitta [eleito pelo branco Paulo Maluf] não argumentava sobre pretos(as) e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Como cristão, testemunhava que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias de consciências pretas e pardas : cristãos e cristãs deputados e deputadas não argumentam sobre pretos(as) e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Testemunharam e testemunham que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

GOVERNO (São Paulo)

Histórias de consciências pretas e pardas : como nunca houve um(a) preto(a), ou pardo(a) que tenha sido governador(a) ou vice, não há o que comentar o que cristãos e cristãs testemunhariam sobre DEUS e o Cristo não Julgarem pela cor

CONGRESSO (Brasil)

Histórias de consciências pretas e pardas : cristãos e cristãs deputados(as) e senadores(as) não argumentam sobre pretos(as) e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Testemunharam e testemunham que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias de consciências pretas e pardas : no início do Século 20 o pardo Nilo Peçanha era vice e assumiu a Presidência. Embora batizado como católico, sua "religião" era a Maçonaria. Não testemunhava sobre a Justa Justiça de DEUS e do Cristo

PARTIDOS (Brasil)

Histórias de consciências pretas e pardas : filiados em um dos atuais 30 partidos, pretos(as) e pardos(as) podem testemunhar sobre como são tratados nas legendas. Cristãos e cristãs devem testemunhar sobre DEUS e Cristo não Julgarem pela cor

JUSTIÇAS (Brasil)

Histórias de consciências pretas e pardas : todos os(as) pretos(as) e pardos(as), cristãos e cristãs que atuam nas Justiças Eleitorais dos Estados e no Tribunal Superior Eleitoral, têm o poder de testemunhar sobre a Justa Justiça de DEUS e do Cristo

ANO 33

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - ‘Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos’ **Provérbios 16:3**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Aneel mantém bandeira vermelha 1 na conta de luz em novembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na última sexta-feira (31/10) a manutenção da bandeira vermelha patamar 1 irá vigorar no mês de novembro. Isso significa que as contas de energia elétrica terão adicional de R\$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em agosto e setembro, a Aneel havia acionado a bandeira vermelha patamar 2, com adicional de R\$ 7,87 por 100 kWh. Em outubro, a bandeira foi reduzida para o patamar 1.

De acordo com a Aneel, a medida foi adotada por causa do baixo volume de chuvas, afetando o nível dos reservatórios para a geração de energia nas usinas hidrelétricas.

“O cenário segue desfavorável para a geração hidrelétrica,



Foto/ Marcello Casal Jr/ABr

devido ao volume de chuvas abaixo da média e à redução nos níveis dos reservatórios. Dessa forma, para garantir o fornecimento de energia é necessário acionar usinas termelétricas, que têm custo mais elevado, justificando a manutenção da bandeira ver-

melha patamar 1”, informou a agência.

A agência reguladora de energia elétrica acrescentou “que a fonte solar de geração é intermitente e não injeta energia para o sistema o dia inteiro”. “Por essa razão, é necessário o acionamen-

to das termelétricas para garantir a geração de energia quando não há iluminação solar, inclusive no horário de ponta”, acrescentou.

Custos extras

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. (Agência Brasil)

Concessionária Motiva anuncia venda de operação no ramo aeroportuário

A Motiva, ex-CCR, anunciou ao público a venda de seus negócios no ramo aeroportuário.

A compradora, a mexicana Aeropuerto de Cancún, S.A. de C.V., uma subsidiária do Grupo Aeroportuario del Sureste, S.A.B. de C.V. (ASUR), foi a compradora, que pagou R\$ 11,5 bilhões pelo negócio.

Desse total, R\$ 5 bilhões foram em patrimônio líquido (equity) pelas participações acionárias da Companhia nos ativos aeroportuários, e R\$ 6,5 bilhões em dívidas líquidas, que é a participação da empresa na CPC Holding, onde estão concentradas suas cotas de participação nos 20 aeroportos dos quais é concessionária.

A empresa detém 17 concessões no Brasil e três em outros países da região, com movimento anual de cerca de 45

milhões de passageiros e mais de 200 rotas regulares.

Entre os aeroportos que foram repassados estão os de Curitiba, Belo Horizonte e Goiânia. Segundo a companhia esta era a maior transação aeroportuária em curso no mundo no momento e atraiu mais de 20 grupos europeus, latino-americanos e asiáticos.

A previsão é de que a conclusão do processo aconteça em 2026, após a aprovação pelo poder concedente e pelos órgãos de defesa da concorrência.

“Até o fechamento, a Motiva seguirá tocando a operação, mantendo o quadro atual de colaboradores e assegurando o cumprimento integral dos contratos vigentes e investimentos previstos”, informou a empresa, em nota. (Agência Brasil)

Governo Lula chega ao fim de 2025 com colchão de R\$ 24 bi para segurar despesas

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega ao fim deste ano com uma espécie de colchão de R\$ 24 bilhões para segurar despesas e permitir o cumprimento da meta fiscal de 2025, por meio de uma trava que impede ministérios de carimbar novos gastos.

O mecanismo funciona como uma “poupança” feita durante o ano, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Chamado de “faseamento”, ele restringe a autorização de gastos dos ministérios ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação das receitas.

“É um colchão. Apesar de não ter um nome de contingenciamento e nem de bloqueio, o cara lá no sistema dele [ministérios e órgãos] não consegue gastar”, diz Guimarães.

O faseamento restringe a fase de empenho dos gastos, ou seja, o momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro, após a entrega do produto ou serviço. É o primeiro nível de execução do gasto público.

Uma corrida dos ministérios para empenhar os gastos ao longo do ano acabaria dificultando posteriormente uma ação do go-

verno para conter despesas, em caso de necessidade para evitar o estouro da meta de déficit zero em 2025. O risco seria o governo chegar ao fim do ano sem ter espaço suficiente para congelar as despesas, se houver frustração na projeção de receitas.

De acordo com Guimarães, o orçamento passa a ser liberado em etapas. A cada bimestre, o governo autoriza um limite de gastos que pode ser empenhado, enquanto uma parcela dos recursos permanece temporariamente reservada. No bimestre seguinte, essa fatia pode ser liberada, conforme a atualização das estimativas de receita e despesa e o espaço definido pelas regras fiscais.

Apesar de defender uma atuação preventiva, o governo tem sido criticado por especialistas e pelo TCU (Tribunal de Contas da União) pela adoção de medidas que facilitam o cumprimento das regras fiscais, mas sem gerar alívio efetivo na trajetória da dívida pública.

A lista inclui execução de políticas públicas por meio de fundos e exceções para realizar despesas fora da meta fiscal e do limite de despesas do arcabouço.

O governo ainda entrou na mira do TCU por mirar o piso da meta fiscal em suas decisões de segurar ou não despesas previs-

tas no Orçamento. A corte de contas chegou a informar ao Executivo que tal conduta era irregular e que era necessário perseguir o centro da meta, o que forçaria uma contenção adicional.

O governo, contudo, conseguiu contornar a situação com uma mudança na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) aprovada pelo Congresso.

Segundo Bruno Moretti, secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, os efeitos do faseamento na condução da política fiscal ainda são pouco observados pelos analistas, mas os números de 2025 mostram potencial.

Guimarães e Moretti fazem assessoramento técnico dos ministros que integram a JEO (Junta de Execução Orçamentária): Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão).

A junta é responsável por decisões que envolvem a execução orçamentária e a condução da política fiscal do país. O último relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do Orçamento de 2025 será enviado até sexta-feira (21) ao Congresso Nacional.

O documento aponta a necessidade ou não de novos congelamentos de despesas. A expec-

tativa de analistas do mercado financeiro é que o Executivo não vai precisar de novos congelamentos de gastos.

O mecanismo de faseamento foi adotado no segundo semestre do ano passado em meio às dificuldades para o cumprimento das regras fiscais. Desde então, tem se consolidado.

No início do ano, a lei orçamentária deu um espaço de R\$ 221,2 bilhões para o governo gastar nas chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias e sobre onde recaem os cortes). Em maio, o governo congelou um total de R\$ 31,3 bilhões de despesas. Ao mesmo tempo, travou outras R\$ 60,9 bilhões de gastos com o uso do faseamento, que chega agora a R\$ 24 bilhões.

“É uma economia fiscal de fato. E ajuda a diminuir o empocamento”, afirma o secretário em referência ao volume de despesas que são liberadas pelo governo, mas que os ministérios não chegam a gastar.

A economia ocorre porque os valores empenhados, que não forem efetivamente gastos, são transferidos para o ano seguinte, na forma de restos a pagar, concorrendo com o novo Orçamento. Isso não acontece com a despesa não empenhada, que deixa de existir. (Folhapress)

BRB faz auditoria para apurar fraudes denunciadas pela Compliance Zero

O Conselho de Administração do Banco de Brasília (BRB) divulgou um comunicado ao mercado, no qual informa que vai contratar uma auditoria externa especializada para “apurar os fatos” investigados no âmbito da Operação Compliance Zero.

Deflagrada na segunda-feira (17) pela Polícia Federal (PF), a operação investiga a emissão de títulos de créditos falsos por instituições então ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Ela tem como alvo principal o Banco Master.

Essas operações simularam empréstimos e outros valores a receber, em meio a negociações

de carteiras de crédito com outros bancos. Entre eles, o BRB.

Comunicado do BRB

No comunicado divulgado nesta terça-feira (18), o BRB informa ter contratado “uma auditoria externa especializada e independente para apurar os fatos mencionados na referida operação [Operação Compliance Zero]”, notadamente os relacionados às operações de aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco Master.”

O Banco diz também que vai averiguar os procedimentos internos adotados para aprovação

desses negócios e “possíveis falhas de governança ou de controles internos”, acrescentou ao reafirmar seu compromisso “com as melhores práticas de governança, transparência e prestação de informações ao mercado.”

Por fim, informa que o Conselho de Administração seguirá acompanhando de forma contínua os desdobramentos dos fatos, mantendo seus acionistas e o mercado devidamente informados.

Investigados

Entre os investigados da operação está o dono do Banco Master, Daniel Vacaro, detido no Ae-

roporto de Guarulhos ao tentar deixar o país.

Também são investigados o então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor de Finanças e Controladoria do banco, Dario Oswaldo Garcia Júnior. Ambos foram afastados dos cargos que ocupam no banco.

Na segunda-feira, ao participar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, disse que as fraudes investigadas podem ter movimentado irregularmente cerca de R\$ 12 bilhões. (Agência Brasil)

Institutos de previdência de estados e municípios têm R\$ 1,8 bi em títulos do Master sem garantias

Institutos que pagam aposentadorias a servidores municipais e estaduais aplicaram R\$ 1,8 bilhão em letras financeiras do Banco Master sem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) entre outubro de 2023 e dezembro de 2024.

O valor fica em risco após a liquidação do banco, decretada na terça-feira (18) pelo Banco Central.

Dos 18 institutos municipais e estaduais que investiram em letras do Master, destacam-se a Rioprevidência, do estado do Rio de Janeiro, com R\$ 970 milhões investidos, a Amprev (estado do Amapá), com R\$ 400 milhões, e o Iprev de Maceió, com R\$ 97 milhões.

Além destas, o instituto de previdência de São Roque, no

interior de São Paulo, com 79 mil habitantes, aplicou R\$ 93 milhões em letras financeiras não garantidas pelo FGC.

Os dados são do Ministério da Previdência Social e foram adiantados pelo jornal O Estado de S. Paulo na quarta-feira (19).

Ao contrário dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário), as letras financeiras emitidas pelo Banco Master não têm cobertura do FGC. Por isso, os aportes de quase R\$ 2 bilhões feitos pelas previdências dos estados e municípios serão contabilizados como dívida durante o processo de liquidação do banco, tornando a recuperação dos valores incerta.

Nesta terça-feira, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master e colocou o Master Múltiplo, instituição que in-

tegra o conglomerado, sob regime de administração especial temporária por até 120 dias.

O banqueiro Daniel Vercaro, dono da instituição, foi preso pela Polícia Federal na noite desta segunda-feira (17), em São Paulo, enquanto tentava embarcar para fora do país.

Em nota, a Rioprevidência, que paga aposentadorias a servidores estaduais do Rio de Janeiro, afirmou que o pagamento dos benefícios está garantido e que negocia a substituição das letras por precatórios federais.

A Amprev, do estado do Amapá, diz acompanhar o caso junto às autoridades reguladoras e afirmou que as aplicações realizadas no Banco Master seguiram integralmente normas do Sistema Financeiro Nacional e a Política

descontos que podem chegar a 76% em relação ao valor de avaliação. Os lances são realizados por meio da plataforma Leilão VIP.

Entre os destaques há uma casa de 68 m² de área privativa e 122 m² de terreno, na cidade de Lapão (BA), com o lance inicial no primeiro leilão avaliado em R\$ 59 mil, e no segundo leilão o valor cai para R\$ 35.400.

Em São Paulo (SP), no bairro Vila Nova Conceição (zona sul), um apartamento com 198,49 m² de área privativa e três vagas de garagem tem valor inicial de disputa de R\$ 5,3 milhões, enquanto no segundo leilão sobe para R\$ 12,8 milhões.

Outra empresa que aproveita a data como estratégia de vendas é Portal Bayit. Em parceria com seis incorporadoras importantes, incluindo You, Kallas e Bracon, a leiloeira vai oferecer fachadas ativas de empreendimentos recém-entregues com descontos de 70% a 83% no lance mínimo. Fachadas ativas são as lojas localizadas no térreo de condomínios residenciais.

Interessados vão encontrar, por exemplo, uma loja em Perdizes (zona oeste da capital paulista) com lance mínimo de R\$ 100 mil.

Há ainda fachadas ativas em imóveis localizados em Pinheiros, Brooklin e Vila Mariana, na zonal sul de São Paulo.

A expectativa, segundo Avraham Dichi, CEO e leiloeiro da Bayit, é forçar uma disputa que eleve os valores das fachadas, aproximando-se do preço de mercado. O TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), em parceria com a plataforma Leilão Eletrônico, realiza um leilão judicial com 65 oportunidades em todo o estado. A lista de bens inclui vagas de garagem, imóveis residenciais, escritórios, pontos de comércio e veículos, com opções de lances que chegam a 50% de desconto em relação ao valor de avaliação.

Entre os destaques do leilão está um escritório no Edifício Contemporary Tower, localizado na avenida Ibirapuera, em Indianópolis (zona sul). São 66,43 m² de área privativa, com duas vagas de garagem e área total de 165,70 m². Avaliado em R\$ 839 mil, o imóvel está com lance mínimo de R\$ 423 mil na segunda praça —um desconto próximo de 50% sobre o valor de mercado. Em Pinheiros, um apartamento duplex com 1.010,68 m² de área total está avaliado em R\$ 8,4 milhões, com lance mínimo fixado em R\$ 5,94 milhões. O imóvel tem quatro suítes, incluindo uma master com dois closets, hidromassagem e antessala privativa, mais cinco vagas de garagem. Quem arrematar a unidade terá que pagar débitos do imóvel.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar de um leilão, sendo necessário fazer cadastro no site do leiloeiro responsável e enviar os documentos exigidos no edital. (Folhapress)



TDSP - Alta Vista IV
Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.

CNPJ/MF nº 13.647.517/0001-19 - NIRE 35.225.373.814

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, **ONDE SE LÊ:** "portanto, uma redução de R\$ 400.000.000,00", **LEIA-SE:** "portanto, uma redução de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000045-43.2022.8.26.0704**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civil - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: **Fabrizio Gomes Clemente**. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000045-43.2022.8.26.0704. A MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FABRÍCIO GOMES CLEMENTE, CPF 4891256805, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando o recebimento da Nota Fiscal de serviços nº 11764030, correspondente às despesas de internação e seu respectivo tratamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de outubro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1181140-38.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RENAN AUGUSTO JACO MOTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ESMERALDINA DA SILVA TORQUATO, CPF 13463937807, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Rede D'or São Luiz S/A - Unidade Villa Lobos, objetivando a quantia de R\$ 9.922,96 (dezembro de 2023), decorrente do Atendimento/Conta nº 13712371/54670562, oriundo da prestação de serviços médico-hospitalar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de setembro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1044788-44.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civil - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Daiane Papadopolus Tan. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1044788-44.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Daiane Papadopolus Tan (CPF 422.251.238-96), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 66.036,99 (abril de 2021), constantes das Notas Fiscais de Serviços nºs 10020811 (R\$ 3.787,05), 09705199 (R\$ 717,44), 09638727 (R\$ 717,44), 00834708 (R\$ 628,98), 08550154 (R\$ 1.788,63), 08963332 (R\$ 755,01), 01052755 (R\$ 786,04), 08729877 (R\$ 5.853,08), 09294623 (R\$ 697,38), 09242024 (R\$ 1.263,08), 08375721 (R\$ 574,09), 08469701 (R\$ 2.206,88), 08239874 (R\$ 674,09), 00839590 (R\$ 2.860,12), 00916552 (R\$ 674,09), 00929257 (R\$ 693,54), 00955849 (R\$ 674,09), 05981546 (R\$ 3.294,49), 06970111 (R\$ 629,99) e 07236862 (R\$ 1.959,62). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumir-se como veridicadora os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de novembro de 2025.

NÓRDICA VEÍCULOS S/A

CNPJ/MF: 77.997.187/0001-74 - NIRE: 41300004218

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Nórdica Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - (AGE) a ser realizada às 09h30, do dia 28/11/2025, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 795, C/C, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (I) Estabelecer Cronograma de Distribuição de Dividendos apurados até o ano calendário de 2025.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

Paulo Roberto Pizani - Diretor Superintendente

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Imaribo S.A. - Indústria e Comércio, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - (AGE) a ser realizada às 09h00, do dia 28/11/2025, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, C/C, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (I) Aprovação do Protocolo de Intenções de Incorporação da CESC - Centrais Elétricas Sult Corrente Ltda, pela Companhia; (II) Ratificar a nomeação de Empresa Especializada para elaboração do laudo de avaliação da companhia incorporada pelo critério do valor contábil; (III) Aprovação da incorporação da CESC pela Companhia; (IV) Nova redação do capital social da Companhia; (V) Consolidação do estatuto Social da Companhia; (VI) Estabelecer Cronograma de Distribuição de Dividendos apurados até o ano calendário de 2025; (VII) Assuntos Gerais.

Curitiba, 18 de novembro de 2025.

Paulo Roberto Pizani Diretor Superintendente

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária das Participações S.A., ("Companhia"), a ser realizada no dia 28 de novembro de 2025, às 9:30 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes matérias: (I) Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação pela Companhia da Aguassanta Investimentos S.A., companhia sediada na Avenida Cezira Giovanni Moretti, nº 955, 2º andar, sala 11, Bairro Santa Rosa, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, CEP 13414-157 e inscrita no CNPJ/MF nº 34.699.984/0001-62 ("Aguassanta Investimentos"); (II) Ratificação da contratação pelos administradores da Companhia, dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação do ativo patrimonial líquido da Aguassanta Investimentos ("Laudo de Avaliação"), a ser incorporado pela Companhia; (III) Aprovação do Laudo de Avaliação; e (IV) Aprovação da incorporação da Aguassanta Investimentos pela Companhia, nos termos e condições do Protocolo e Justificação.

São Paulo (SP), 19 de novembro de 2025

Rubens Ometto Silveira Mello

Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE RELAÇÃO DE CREDORES, (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/05) E AVISO SOBRE O RECEBIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO (ART. 53, § ÚNICO DA LEI 11.101/05) COM PRAZO DE 10 DIAS PARA IMPUGNAÇÃO (ART. 8º DA LEI 11.101/05) E, SIMULTANEAMENTE, PRAZO DE 30 DIAS PARA OBJEÇÃO AO PLANO (ART. 55, "CAPUT", DA LEI 11.101/05), EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE INSTALAÇÃO AUTOMÁTICA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA, PROCESSO Nº 1005460-09.2025.8.26.0152. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, do Foro Especializado 1º RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ, Estado de São Paulo, Dr(a). Ralpo Waldo De Barros Monteiro Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que: 1- RELAÇÃO DE CREDORES: O Administrador Judicial ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, representado por meio de sua representante legal, a advogada Aline Barini Néspoli, OAB/SP 521.868, apresentou a relação de credores a que alude o art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/2005 (fls. 2.402-2.613 do processo), disponível no website da Administradora Judicial [https://www.zapaz.com.br/], na forma da lei e do Enunciado 103 da III Jornada de Direito Comportual da Justiça Federal. 2- PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Os credores, o devedor ou seus sócios, e, ainda, o Ministério Público, pelo prazo de 10 dias, contados da publicação deste edital, poderão apresentar impugnação contra a Relação de Credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado, nos termos do art. 8º da Lei 11.101/2005. 3- ACESSO A INFORMAÇÕES: Os legitimados a apresentar impugnação poderão ter acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração da Relação de Credores, mediante solicitação de arquivo eletrônico ou em horário comercial, nas dependências do Administrador Judicial situado na Rua Itabaquara, nº 175, Pacaembu, CEP 01234-200, São Paulo - SP, mediante prévio agendamento. Para esta finalidade, os interessados devem entrar em contato pelo e-mail rjns-tall@zapaz.com.br. 4- ACESSO AO CONTEÚDO DO PLANO: Os credores poderão ter acesso ao Plano de Recuperação Judicial mediante consulta aos autos (fls. 1.723-1.759 do processo), ou pela internet, no website do administrador judicial [https://www.zapaz.com.br/]. 5- PRAZO PARA OBJEÇÃO: Os credores poderão, no prazo de 30 dias, a partir da publicação deste edital, apresentar objeções, nos termos do art. 55 da Lei 11.101/2005. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mando expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma de lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de novembro de 2025.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, FABIO ANTONIO GONÇALVES DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 530185672-SSP/SP, CPF nº 498.360.638-62, domiciliado nesta Capital, residente na Alameda dos Ubiatans, nº 374, apartamento nº 103, Planalto Paulista, fica intimado a purgar a mora referente a 10 (sete) prestações em atraso, vencidas de 27/04/2025 a 27/10/2025, no valor de R\$115.938,92 (cento e quinze mil, novecentos e trinta e oito reais, e noventa e dois centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$116.950,62 (cento e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais, e sessenta e dois centavos), que atualizado até 26/12/2025, perfaz o valor de R\$136.401,96 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e um reais, e noventa e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO SATANDER (BRASIL) S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Alameda dos Guatás, também conhecida por Alameda dos Guatós nº 1725, lote 06 da quadra 11-U, em Indianópolis - 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 07 na matrícula nº 67.640. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 18 de novembro de 2025. O Substituto.

TDSP - Dionísio da Costa
Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda

CNPJ/MF nº 12.661.720/0001-87 - NIRE 35.224.763.872

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, **ONDE SE LÊ:** "portanto, uma redução de R\$ 170.000.000,00", **LEIA-SE:** "portanto, uma redução de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

Federação Paulista de Tamboréu.

Convocação Assembleia Ordinária

Convocamos os associados a participar da Assembleia Geral Ordinária da Federação Paulista de Tamboréu a ser realizada em 12 de dezembro de 2025 às 19:00 horas com o número legal ou às 20 horas com qualquer número na sede do IPÊ Clube, sito na Rua Ipê, nº 103, poderão participar da assembleia de forma presencial ou virtual, nos termos do Estatuto Social, para votar a seguinte ordem do dia: 1) Eleição da nova diretoria e membros do Conselho Fiscal para o Biênio 2026/2027; 2º) Aprovação das contas do Biênio 2024/2025 3º) Aprovação da previsão orçamentária, para 2026; 4º) Aprovação do calendário de 2026; 5º) Alteração do estatuto Social, 6º) Aprovação do Ranking de 2024/2025, para exercício 2026; 7º) Demais assuntos de interesse dos Associados. São Paulo 03 de novembro de 2025. Raquel França Silva Presidente da Federação Paulista de Tamboréu.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, RODRIGO TADEU CORREA ZANI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 39.845.684-7-SSP/SP, CPF nº 426.723.958-45, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Paracatu nº 575, Apto. 64, Parque Imperial, fica intimado a purgar a mora referente a 22 (vinte e duas) prestações em atraso, vencidas de 26/12/2023 a 26/09/2025, no valor de R\$ 394.266,55 (trezentos e noventa e quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$ 429.065,20 (quatrocentos e vinte e nove mil e sessenta e cinco reais e vinte centavos), que atualizado até 22/01/2026, perfaz o valor de R\$ 459.629,47 (quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida Nhandú nº 986, em Indianópolis - 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 9 na matrícula nº 14.603. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAU UNIBANCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO INTER S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, CLÁUDIO LEITE DA PURIFICAÇÃO, brasileiro, solteiro, maior, analista de dados, RG nº 13.719.029-84-SSP/BA, CPF nº 011.202.895-05, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Tapari nº 158, Apartamento 504-B, Vila Esperança, fica intimado a purgar a mora referente a 09 (nove) prestações em atraso, vencidas de 01/02/2025 a 01/10/2025, no valor de R\$ 35.813,96 (trinta e cinco mil oitocentos e treze reais e noventa e seis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$ 41.272,41 (quarenta e um mil duzentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos), que atualizado até 25/01/2026, perfaz o valor de R\$ 51.224,94 (cinquenta e um mil duzentos e vinte quatro reais e noventa e quatro centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO INTER S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Rua Verquêiro nº 6.052, apartamento nº 602B, localizado no 6º pavimento do setor Residencial 01, Torre 01-Bloco B do Condomínio Modo Ipiranga, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 01 na matrícula nº 252.582. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO INTER S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, MARCIO NUNES RIBEIRO, administrador, RG nº 21.931.998-4-SSP/SP, CPF nº 234.188.728-75, casado no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, com THAIS SARTORI NUNES RIBEIRO, arquiteta, RG nº 28.174.447-6, CPF nº 220.852.338-56, brasileiros, domiciliados nesta Capital, domiciliados nesta Capital, na Rua Rodeio nº 79, ficam intimados a purgarem a mora referente a 93 (noventa e três) prestações em atraso, vencidas de 06/11/2017 a 06/07/2025, no valor de R\$2.461.489,71 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, e setenta e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$2.627.488,01 (dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, e um centavo), que atualizado até 24/11/2025, perfaz o valor de R\$2.672.511,80 (dois milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e onze reais, e oitenta centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia os imóveis localizados na Avenida Lavandisca nº 142, apartamento nº 11, localizado no 1º andar, armário nº 01, localizado no 1º subsolo, vaga tripla nº 01, composta pelos boxes nºs 58, 59 e 60, localizada no 1º subsolo, Edifício Itapiranga, em Indianópolis - 24º Subdistrito, objetos de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrados sob nº 3 nas matrículas nºs 105.451, 105.469 e 105.487. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade dos citados imóveis em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que os mesmos imóveis serão levados a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, ALINE MOSQUIM PERETO, analista de departamento pessoal, RG nº 43.737.142-6-SSP/SP, CPF nº 355.853.998-29, e ANTONIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, analista de suprimentos, RG nº 285382640-SSP/SP, CPF nº 281.780-368-00, brasileiros, divorciados, conviventes em união estável no regime da comunhão parcial de bens, conforme RA nº 14.386 deste Registro, empresários, domiciliados nesta Capital, residentes na Avenida dos Ourives, nº 600, bloco 06, apartamento nº 41, Jardim São Savério, ficam intimados a purgarem a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 20/10/2025 a 20/10/2025, no valor de R\$ 18.044,50 (dezoito mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$ 18.968,15 (dezoito mil novecentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), que atualizado até 26/01/2026, perfaz o valor de R\$ 24.235,45 (vinte e quatro mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 600, apartamento nº 41, localizado no 4º pavimento do EDIFÍCIO 6-PALAZZO CAMERLENGHY, integrante do Empreendimento Villaggio di Venezia, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 13 na matrícula nº 134.050. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAU UNIBANCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000579-41.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Raphael Moreno Bejarano e Carlos Guerreiro Moreno, CPF 082.331.608-49 e 221.244.998-40, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, manifeste e queira as provas que entender cabíveis, nos termos do artigo 135 do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 20 e 22

TDSP - Elisa de Moraes
Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda

CNPJ/MF nº 08.350.179/0001-19 - NIRE 35.220.952.972

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, **ONDE SE LÊ:** "portanto, uma redução de R\$ 80.000.000,00", **LEIA-SE:** "portanto, uma redução de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

TDSP - Volta Redonda
Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda

CNPJ/MF nº 13.494.803/0001-91 - NIRE 35.225.311.339

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, **ONDE SE LÊ:** "portanto, uma redução de R\$ 480.000.000,00", **LEIA-SE:** "portanto, uma redução de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1124967-33.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Evandro Lambert de Faria, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Martha Erna Virginia Griesbach, Sílvia Vieira Cassiano Carvalho, Reserva dos Cântaros Incorporações Ltda, Manuel de Sousa Carvalho, Espólio de Martha Elze Kaposty, Cláudio Pascher, Dalva Mello Pascher, Eugeni Sulman Grudzinski, Espólio de Efriede Karoline Kaposty, Elisabete Sulman Grudzinski, Wladimir Sulman Grudzinski, Wladimir Ernst Romualdo Sulman Grudzinski, Georg Sulman Grudzinski, Ney Donizete do Nascimento, Henry David Azauly, Flavio Resende de Andrade, CHARLOTTE ERNA KNIKSH, FRITZ KNIKSH, IRMGARD ERNA KAUFMANN, MANFRED KAUFMANN, EGON LUDWIG SCHAAF, Eugenir Oliveira Nascimento, Bruno Eduardo de Moura Nascimento, Milla Hyana Oliveira Nascimento, Rêgis Citados por Edital, Nicole Molitor e Simone Molitor, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Freitas Oliveira Administração Eireli ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Rosalvo Ribeiro, nº 73, Tremembé, São Paulo/SP, CEP 02372-080, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedirei o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 20 e 22

EMFORVIGIL
Empresa Especializada em
Formação de Vigilantes S.A.
CNPJ 58.805.508/0001-47, NIRE 35.300.119347
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
Data: 02/12/2025 Hora: AGE: 14:00h, AGO: 15:00h. Local: Rua Mamoré, 228, Bom Retiro/SP (sede social). Ordem do Dia: AGE: a) alteração do estatuto social; b) consolidação do estatuto social. AGO: a) eleição do conselho administrativo; b) eleição do conselho fiscal; c) eleição da diretoria; d) outros assuntos de interesse da Sociedade. O Conselho de Administração.

NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.861
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DOS SÓCIOS
Data, Hora e Local: 10/09/2025, às 10h, na sede da Viação Santa Brígida Ltda. Mesa: Presidente - Luiz Augusto Saraiva; Secretária - Silvia Helena Saraiva Gomes. Presente: Acionistas representando a totalidade do capital social, sendo: (a) MB & BM Participações S/A, CNPJ 11.747.974/0001-50, (b) Caravelas Portuária Participações S/A, CNPJ 11.657.179/0001-70 e (c) MARQC Participações S/A, CNPJ 11.788.680/0001-76. Deliberações: (a) Decidir aprovar por unanimidade, a prestação de garantias reais e/ou fidejussórias, inclusive em formato de aval, em favor da Auto Viação Urubupunga Ltda., CNPJ: 61.487.799/0001-87, em contratos demais documentos necessários, inclusive títulos de crédito, celebrados com o Banco BT PACTUAL, tendo em vista tratar-se de interesse da sociedade, não ferindo o Contrato Social vigente e (b) Ficam expressamente ratificados neste ato, toda e qualquer garantia já prestada junto à instituição financeira mencionada. Mesa: Luiz Augusto Saraiva - Presidente; Silvia Helena Saraiva Gomes - Secretária. JUCESP - 383.425/25-6 em 23/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
O Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.650.175/0001-57, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, em conformidade com os deveres e obrigações estatutárias, que não estejam envolvidos nos fatos e condutas tipificadas no artigo 5º do Estatuto Social, quites e em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se, à Rua XV de Novembro, nº 200, 11º andar - conj. 11-B, Auditório - CEP 01013-000, Centro, São Paulo/SP, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2025, obedecendo os seguintes horários e "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 1) Em primeira convocação: às 13h00, com presença de metade mais um dos filiados; 2) Em segunda convocação: às 13h30 com presença de qualquer número dos filiados, para ambos os dias, 04 e 05. Para deliberar sobre os seguintes assuntos: (I) Contratação de Escritório(s) de Advocacia(s) para ajuizamento e acompanhamento de ação judicial visando defender os interesses da Categoria dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, assegurados pela Lei 13.105/2015 (CPC) e Lei Estaduais 10.771/98 e 11.608/2003, afrontadas pelo Provimento CJ 27/2023 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo; 2) Reforma Estatutária ampla; 3) Medidas Judiciais e Administrativas contra a AQUEJSP e seus Diretores pelos atos praticados em violação contra a unicidade sindical, com afronta aos preceitos constitucionais - CF/88, afronta à competência do Ministério do Trabalho e desrespeito à Súmula vinculante 377 do STF. São Paulo, 19 de novembro de 2025. Daniel Franco do Amaral - Presidente. (20, 22 e 25/11/2025)

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.428.342/0001-19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

Balanços patrimoniais - Em milhares de reais				Demonstração do Resultado			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	6.844	Recursos de caixa	5	1.872	1.259
Aplicações financeiras	4	25.077	32.565	IR e CS	6	2.396	2.396
Tributos a recuperar	5	8.496	5.445	Partes relacionadas	6	13.034	2.317
IR e CS		11	11	Dividendos a pagar	6	7.569	21.266
Dividendos a receber	6	20.031	24.734	Devolução de capital	6	17.400	-
Partes relacionadas	6	2.797	-	Outros passivos	6	13	9
Outros ativos financeiros	7	18.304	26.591	Total do circulante		39.888	27.247
Total do circulante		74.730	96.190	Patrimônio líquido			
Não circulante				Capital social	14	500.000	650.000
Realizável a longo prazo				Ações em tesouraria		(45.793)	(36.948)
Partes relacionadas	6	-	282.599	Reserva de capital		1.153	1.153
Investimentos	8	1.059.078	1.045.755	Ajustes de avaliação patrimonial		231.469	193.600
Total do não circulante		1.059.078	1.328.354	Reservas de lucros		404.535	389.492
Total do ativo		1.133.808	1.424.544	Total do patrimônio líquido		1.091.664	1.397.297
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.133.808	1.424.544

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	
												R\$ milhões		R\$ milhões	
												2024		2023	



Continuação. de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, pla-

nejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras

do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Ribeirão Preto, 18 de Novembro de 2025.**
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP
Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

OMS: 840 milhões de mulheres no mundo foram alvo de violência

Zerar déficit de 202 mil vagas em presídios custaria R\$ 14 bi

Para zerar o déficit de vagas em presídios no Brasil seriam necessários R\$ 14 bilhões para a construção de novas unidades com 202 mil vagas. O cálculo é da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

“São recursos para investimento e construção de unidades para suprir esse déficit de 200 mil vagas. E aí, por óbvio, precisaria de mais um tanto de recursos para custeio dessas unidades, porque vamos precisar de policiais penais, de contratos, pagar energia, alimentação”, destacou o diretor de inteligência da Senappen Antônio Glautter.

O diretor da Senappen foi ouvido na quarta-feira (19) pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado, criada após a repercussão da operação policial no Rio de Janeiro que matou 121 pessoas.

Ao todo, o Brasil tem 702 mil pessoas privadas de liberdade, em 1.375 unidades prisionais, que somam um déficit de 40% de vagas. É a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA) e da China.

A nível de comparação, o valor de R\$ 14 bilhões para a construção de presídios se aproxima dos R\$ 12 bilhões que a Polícia Federal (PF) estima que foram desviados na suposta fraude do Banco Master revelada nesta terça-feira.

O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ponderou que o Congresso Nacional tem aumentado penas contra os mais diversos crimes, o que levará a um aumento do encarceramento no Brasil.

“É preciso fazer o passo seguinte. Essa política de aumento do encarceramento Tem um custo, e esse custo não é pequeno. Nós temos uma decisão política tomada que vai levar a um aumento de encarceramento”, disse o relator.

Vieira tem defendido que a CPI defina de onde sairão os recursos para custear a segurança pública no Brasil.

Ontem, a Câmara aprovou o Projeto de Lei (PL) Antifacção, que aumenta penas para membros de facção criminosas para 20 a 40 anos de prisão, com ao menos 85% da pena cumprida em regime fechado.

As facções no Brasil

O diretor Antônio Glautter informou ainda à CPI que a inteligência da secretaria de políticas penais calcula que existem hoje no Brasil 90 facções criminosas, sendo duas com atuação internacional, 14 com atuação regional e 74 com abrangência apenas local.

A forma de distribuição desses presos faccionados nas penitenciárias é desigual, muda de estado para estado. Algumas unidades da federação, como Espírito Santo (ES) e Goiás (GO), não fazem qualquer separação entre os membros de facções e outros presos.

“A regra nos estados é separar os presos por facção. Temos algumas exceções. O estado do Espírito Santo, por exemplo, é um estado que não faz divisão. O preso comum fica alocado com o preso facciona-

do”, disse Glautter.

Falta de dados

Senadores reclamaram da fragilidade nos dados da inteligência sobre os presídios brasileiros e, em especial, de estudos que indiquem qual a melhor forma de alocar os presos de facções, como destacou o presidente da Comissão, senador Fabiano Contarato (PT-ES).

“Nós não temos dados de qual é o impacto se você separa os presos por facção ou não separa por facção. Nós não temos dados de que o percentual de reincidência ou dessa interlocução entre os presídios”.

“Um Estado que não tem in formação e não tem dados é um Estado com os olhos vedados. É um Estado que está tateando, cego. Então, como que você fala em política penitenciária?”, questionou Contarato.

Para o relator, Alessandro Vieira, o trabalho de inteligência em presídios “ainda está no início”.

“Existe uma dedicação, um esforço, mas nós não temos os dados que a gente entende serem fundamentais para uma boa gestão do sistema. A gente vai, ao longo da CPI, buscar esses dados e buscar também como fortalecer a instituição para que ela tenha, naturalmente, esse tipo de informação”, explicou à Agência Brasil.

Problema histórico

O diretor de inteligência da Secretaria Nacional de Políticas Penais afirmou que o trabalho dele é interligar as inteligências de todos os estados, mas reclamou da alta rotatividade entre os responsáveis pela inteligência nas unidades da federação.

“Temos um problema, na Inteligência Penal, de uma rotatividade considerável. E, daí, a importância de sempre ter os pontos focais nos estados e dos eventos de integração, para que essas pessoas se conheçam, porque, embora seja [um trabalho] institucional, mas o conhecer é muito importante, o networking é muito importante”, disse Antônio Glautter.

Glautter avaliou ainda, na CPI, que o problema do sistema penitenciário brasileiro é estrutural e histórico, atravessando todos os governos há décadas. “A questão prisional brasileira é uma questão com problemas históricos, problemas orgânicos, problemas que não são desde o governo anterior, mas de longa data”, avaliou.

Glautter lembrou que as duas principais facções criminosas do Brasil, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (PCC), nasceram dentro dos presídios no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra o Estado, tendo em vista os massacres e torturas dentro das penitenciárias.

“Uma, na década de 70, no Rio de Janeiro [Comando Vermelho], e a outra, na década de 90, em São Paulo [PCC]. Foi um ambiente propício, ali, para que esses presos se associassem e se unissem. E essas uniões, que ocorreram, inicialmente, ali, no momento de prisional, tomaram as ruas, e, hoje, a gente tem esse problema, que, como digo, surgiu no ambiente prisional, dentro desse contexto histórico”, afirmou. (Agência Brasil)

Quase uma em cada três mulheres – cerca de 840 milhões em todo o mundo – já sofreu algum episódio de violência doméstica ou sexual ao longo da vida. O dado, divulgado na quarta-feira (19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), praticamente não mudou desde o ano 2000.

Apenas nos últimos 12 meses, 316 milhões de mulheres – 11% delas com 15 anos ou mais – foram vítimas de violência física ou sexual praticada pelo parceiro. “O progresso na redução da violência por parceiro íntimo tem sido dolorosamente lento, com uma queda anual de apenas 0,2% nas últimas duas décadas”, destacou a OMS.

Pela primeira vez, o relatório inclui estimativas nacionais e regionais de violência sexual praticada por alguém que não seja o parceiro. É o caso de 263 milhões de mulheres com 15 anos ou mais. “Um número que, segundo especialistas, é significativamente subnotificado devido ao estigma e ao medo”, alertou a OMS.

O governo federal prevê para o ano que vem a concessão de 14 rodovias, em um total de R\$ 158 bilhões em investimentos. Se confirmado, 2026 será o ano com o maior número de leilões do tipo na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A Folha de S.Paulo teve acesso a detalhes da carteira de projetos que será divulgada nos próximos dias pelo Ministério dos Transportes. Da oferta de 14 estradas federais, oito são novos trechos que serão leiloados. Outras seis rodovias são concessões atuais que tiveram seus contratos reformulados e que também serão oferecidas a investidores interessados.

Esses trechos somam 7.295 km de estradas. As obras previstas incluem 1.197 quilômetros de novas duplicações e 1.331 km de faixas adicionais. Os investimentos em infraestrutura totalizam R\$ 91 bilhões, além de R\$ 67 bilhões na operação dessas vias.

Pelo cronograma, no primeiro semestre de 2026, o governo vai leiloar três novos trechos: a Rota dos Sertões (BR-116/BA/PE); a Rotas Gerais (BR-116/251/MG) e a Rota Agro Central (BR-070/174/364/MT/RO).

Outras três rodovias que tiveram seus contratos otimizados com os atuais concessionários serão oferecidas em leilões simplificados: Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR), Rota Arco Norte (BR-163/MT/PA) e Rota do Pequeno (BR-060/153/DF/GO).

“A violência contra mulheres é uma das injustiças mais antigas e disseminadas da humanidade e, ainda assim, uma das menos combatidas”, avaliou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

“Nenhuma sociedade pode se considerar justa, segura ou saudável enquanto metade de sua população vive com medo”, completou, ao citar que acabar com a violência sexual contra mulheres não é apenas uma questão política, mas de dignidade, igualdade e direitos humanos.

“Por trás de cada estatística, há uma mulher ou menina cuja vida foi alterada para sempre. Empoderar mulheres e meninas não é opcional, é um pré-requisito para a paz, o desenvolvimento e a saúde. Um mundo mais seguro para as mulheres é um mundo melhor para todos”, concluiu Tedros.

A OMS alerta que mulheres vítimas de violência enfrentam gestações indesejadas, maior ris-

co de contrair infecções sexualmente transmissíveis e depressão. “Os serviços de saúde sexual e reprodutiva são um importante ponto de entrada para que as sobreviventes recebam o atendimento de alta qualidade de que precisam”.

O relatório destaca ainda que a violência contra mulheres começa cedo, e os riscos persistem ao longo da vida. Ao longo dos últimos 12 meses, 12,5 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 19 anos (16% do total) sofreram violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro.

“Embora a violência ocorra em todos os países, mulheres em países menos desenvolvidos, afetados por conflitos e vulneráveis às mudanças climáticas são afetadas de forma desproporcional”, ressaltou a OMS.

A Oceania, por exemplo, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, registrou uma taxa de prevalência de 38% de violência praticada por parceiro ao longo do último ano – mais de três vezes a média global, de 11%.

Segundo o relatório, mais países coletam dados para fundamentar políticas públicas de combate à violência contra a mulher, mas ainda existem lacunas significativas – sobretudo em relação à violência sexual praticada por pessoas que não são parceiros íntimos, e a grupos marginalizados como mulheres indígenas, migrantes e com deficiência.

Para acelerar o progresso global e gerar mudanças significativas na vida de mulheres e meninas afetadas pela violência, o documento apela para ações governamentais decisivas e financiamento com o objetivo de:

Ampliar programas de prevenção baseados em evidências; Fortalecer serviços de saúde, jurídicos e sociais centrados nas sobreviventes;

Investir em sistemas de dados para monitorar o progresso e alcançar grupos mais vulneráveis;

Garantir a aplicação de leis e políticas que empoderem mulheres e meninas. (Agência Brasil)

Governo programa 14 concessões de rodovias em 2026 e prevê R\$ 158 bilhões em investimentos

O calendário eleitoral não mexeu com a programação dos leilões para 2026. Seis deles estão marcados para ocorrer entre fevereiro e junho, enquanto os oito demais devem ser realizados entre julho e dezembro. Entre outubro e novembro, quando ocorrem as eleições no país, estão previstos quatro leilões de rodovias.

Na avaliação do especialista em infraestrutura Maurício Portugal, sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados, a sinalização é de que o plano seja cumprido, mesmo em ano eleitoral.

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), deve deixar o comando da pasta em abril do ano que vem para concorrer ao governo de Alagoas.

“Não acho que o ano eleitoral vai impactar as concessões de rodovias. Se houver algum impacto, tende até a ser positivo, porque o ministro tem usado o resultado dos leilões como mote político para ele”, disse.

O calendário fica mais intenso no segundo semestre. Há quatro novos blocos de rodovias que serão leiloados na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Na região Nordeste, será oferecida a Rota 2 de Julho (BR-116/324/BA).

Outros três trechos estão localizados na região Sul país: Rodovias Integradas de Santa Catarina Lote 01 (BR-153/282/470/SC), Rodovias Integradas de Santa Catarina Lote 03 (BR-153/282/480/SC), Rota Integração do Sul

(BR-116/158/290/392/RS) e Rota Portuária do Sul (BR-116/392/RS).

Mais três concessões atuais com contratos otimizados serão colocadas em leilão: a Rota Litoral Sul (BR-116/376/PR e BR-101/SC), a Rota Planalto Sul (BR-116/PR/SC) e a Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP).

O Ministério dos Transportes pretende fechar os quatro anos do governo Lula com 36 concessões rodoviárias, somando R\$ 405 bilhões. Foram dois leilões em 2023 (R\$ 30 bilhões de investimentos) e sete licitações em 2024 (R\$ 82 bilhões). Neste ano, devem ser concluídos 13 leilões (R\$ 135 bilhões).

Quando Tarcísio de Freitas estava à frente do então Ministério da Infraestrutura, entre 2019 e 2022, foram seis leilões de rodovias.

Para Isadora Cohen, sócia da ICO Consultoria, o cronograma previsto para 2026 mostra que a visão de que as concessões são uma chave para alavancar investimentos público e privado tem se consolidado, mesmo em um cenário macroeconômico classificado por ela como complexo.

A especialista ressalta que a elevada taxa de juros, em 15% ao ano, não tem afastado o investidor que mira retorno no longo prazo e que o ambiente regulatório também vem sendo trabalhado de forma a trazer mais competição para o setor.

“É um movimento positivo,

que tem viabilizado trechos, inclusive, que não são mais o filé do setor, com pacotes de trechos que podem ser mais leves em novos investimentos, mais voltadas à operação e manutenção, por exemplo”, diz Cohen.

A previsão de investimentos privados nas rodovias em sete anos, entre 2023 e 2029, é de R\$ 218 bilhões. Segundo informações do Ministério dos Transportes, nos últimos 27 anos — de 1995 até 2022 essa cifra foi de R\$ 129 bilhões (em valores atualizados).

Até 2022, um total de 11.212 km de rodovias federais estavam sob gestão privada, equivalente a 17% de toda a malha federal, que chega a 66.610 quilômetros de estradas. Neste ano, esse volume de concessões saltou para 18.074 km, com 27% sob comando de empresas.

Confirmadas as concessões de 2026, serão 21.931 km de rodovias sob gestão privada, um terço das estradas federais. Cabe ao governo fiscalizar esses trechos, sob administração da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A gestão petista tem planos de deixar mais 21 projetos contratados para serem oferecidos após 2026. A pasta de Renan Filho tem buscado viabilizar concessões de trechos federais com menor movimentação de usuários, oferecendo um modelo em que o poder público assume parte dos investimentos. (Folhapress)

Apenas um em cada quatro trabalhadores por conta própria tem CNPJ

De cada quatro trabalhadores por conta própria no país, apenas um tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2024, ou seja, formalização da atividade. Eram 6,6 milhões de pessoas em um universo de 25,5 milhões de trabalhadores por conta própria.

Apesar da baixa cobertura, o dado mostra avanço em 12 anos. Em 2012, os conta própria com CNPJ eram 15% do total. Em 2019, um quinto (20,2%) e no último levantamento, divulgado na quarta-feira (19), um quarto (25,7%).

A constatação está em edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa traz dados anuais desde 2012, exceto de 2020 e

2021, por causa da pandemia de covid-19, que inviabilizou a coleta de dados.

Os 25,5 milhões de conta própria no país em 2024 representavam 25,2% dos 101,3 milhões de trabalhadores no Brasil em 2024. Em 2012 eles eram 22,4%.

O registro no CNPJ pode representar vantagens ao trabalhador como emitir notas fiscais, acessar crédito e serviços bancários empresariais, contratar funcionários formais, além de benefícios previdenciários.

O IBGE classifica os trabalhadores por conta própria em cinco grupamentos de atividade. Entre os segmentos, é possível perceber desigualdades. O comércio é o grupo com maior parcela de registrados.

Proporção de conta própria com registro no CNPJ por ramo

de atividade:

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: 33,2%

Serviços: 31,5%

Indústria geral: 23,4%

Construção: 15,2%

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: 7,2%

O analista da pesquisa William Kratochwill acredita que o baixo percentual de conta própria com CNPJ tem a ver com o tamanho do negócio.

“Como o empreendimento que eles têm ainda é pequeno, não vem essa necessidade, ainda não foram demandados a ter uma formalização da sua atividade”, avalia.

Em alguns casos, acrescenta, a pessoa considera que não vale a pena: “A formalização pode acabar incorrendo em tributos e

coisas que as quais ela não está preparada”.

Os dados mostram que quanto maior a escolaridade, maior adesão dos conta própria ao registro no CNPJ:

Sem instrução e fundamental incompleto: 11,2%

Fundamental completo e médio incompleto: 17,6%

Médio completo e superior incompleto: 27,9%

Superior completo: 48,4%

“A baixa escolaridade, às vezes, limita a pessoa em relação ao conhecimento de como fazer [para se formalizar]”, diz o pesquisador do IBGE.

A pesquisa mostra ainda que, enquanto na população ocupada como um todo o nível de sindicalização é de 8,9%, entre os conta própria fica em 5,1%. (Agência Brasil)